

ANDRÉ NICOLITT

A DURAÇÃO
RAZOÁVEL DO
PROCESSO

2.^a edição revista e atualizada

Com a colaboração de: Carlos Ribeiro Wehrs •

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00098889

A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

2.^a edição revista e atualizada

ANDRÉ NICOLITT

Com a colaboração de Carlos Ribeiro Wehrs

1.^a edição: 2006 (Lumen Juris)



Revisão e diagramação eletrônica: Textos & Livros Proposta Editorial S/C Ltda.
CNPJ 04.942.841/0001-79

Impressão e encadernação: Orgrafic Gráfica e Editora Ltda.
CNPJ 08.738.805/0001-49

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [08-2014]

Profissional

Fechamento desta edição: [06.08.2014]



ISBN 978-85-203-5472-8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO - FÁTIMA NANCY ANDRIGHI	7
NOTA DO AUTOR À 2. ^a EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 2. ^a EDIÇÃO – ALEXANDRE MORAIS DA ROSA	13
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – FAUZI HASSAN CHOUKR	15
INTRODUÇÃO.....	23
1. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	25
1.1 O sistema de proteção dos direitos humanos no mundo.....	25
1.2 O sistema europeu de proteção dos direitos humanos.....	26
1.3 Sistema americano de proteção dos direitos humanos.....	26
1.4 A importância dos instrumentos e organismos internacionais na promoção dos direitos do homem.....	27
2. PROCESSO EM TEMPO RAZOÁVEL E DEVIDO PROCESSO OU PROCESSO JUSTO..	29
2.1 Devido processo e tempo razoável: apontamentos históricos.....	30
3. O DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO ORDENAMENTO JURÍ- DICO BRASILEIRO	35
4. NATUREZA JURÍDICA, CONCEITO E CARACTERÍSTICA	37
4.1 Natureza jurídica	37
4.2 Conceito	37
4.2.1 Duração razoável do processo ou processo em prazo fixo?.....	39
4.2.2 Doutrina do não prazo	40
4.2.3 A indeterminação do conceito.....	44
4.3 Características.....	46

4.3.1	Direito subjetivo público.....	46
4.3.2	Autonomia.....	47
4.3.3	Prestacional.....	48
4.3.4	Reacional.....	48
5.	O PROCESSO COMO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO DIREITO.....	49
5.1	Conceito.....	52
5.2	Contraditório.....	53
5.3	Procedimento e duração razoável do processo.....	54
5.4	A repercussão importante como fio condutor da análise.....	57
5.5	Casos especiais: processo de execução civil, processo de execução penal, revisão criminal e extradição.....	59
5.5.1	Execução civil.....	59
5.5.2	Processo de execução penal.....	60
5.5.3	A revisão criminal e a extradição.....	60
6.	TITULARES E OBRIGADOS.....	61
6.1	Titularidade e legitimação.....	61
6.2	Os obrigados.....	63
7.	COMO MEDIR A RAZOABILIDADE DA DURAÇÃO DO PROCESSO?.....	65
7.1	A questão dos termos final e inicial.....	65
7.1.1	Os termos no processo civil.....	66
7.1.2	Os termos inicial e final no processo penal.....	69
7.2	Os critérios objetivos para aferir a razoabilidade do tempo.....	71
7.2.1	Crítérios preceptivos.....	73
7.2.2	Crítérios facultativos.....	78
7.3	As justificativas.....	80
7.4	As propostas de delimitação temporal de Henrique Garcia Pons na Espanha....	81
8.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR VIOLAÇÃO AO DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	83
8.1	Responsabilidade civil do Estado: definição e evolução.....	84
8.2	A finalidade da responsabilidade civil do Estado.....	87
8.3	A responsabilidade civil do Estado por atos do Poder Judiciário.....	88
8.4	Responsabilidade civil do Estado pela violação do direito à duração razoável do processo.....	96
8.5	Responsabilidade civil do Estado por erro judiciário e ação penal privada.....	98
9.	PRAZO RAZOÁVEL E PROCESSO PENAL.....	99
9.1	Relevância dos bens jurídicos em jogo.....	99
9.2	Efeito da violação no processo penal.....	100

9.3	Possíveis soluções diante do sistema brasileiro: perempção, perdão judicial, julgamento no Estado do processo, absolvição, extinção do processo sem julgamento de mérito e atenuação.....	105
9.3.1	Perempção	105
9.3.2	Perdão judicial	107
9.3.3	Julgamento no Estado do processo.....	108
9.3.4	Absolvição.....	109
9.3.5	Extinção do processo sem julgamento de mérito.....	109
9.3.6	Atenuante genérica	110
9.4	Os efeitos da violação na fase de inquérito policial	110
9.5	Os efeitos nas hipóteses de progressão de regime e livramento condicional....	112
10.	PRISÃO PROVISÓRIA E PRAZO RAZOÁVEL	113
10.1	Prisão processual	113
10.2	Apontamentos elementares.....	115
10.3	Prisão provisória constitucional.....	117
10.4	Prisão provisória, excesso de prazo e duração razoável	118
10.4.1	O prazo da prisão provisória na Europa (Espanha, Portugal, Alemanha e França).....	118
10.4.2	Os prazos da prisão no sistema processual brasileiro.....	120
10.4.3	Uma interpretação do sistema para se fixar um prazo para a prisão provisória a partir da Lei 12.850/2013	124
10.4.4	A prisão provisória e os recursos	127
10.4.5	A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases	127
10.4.6	Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade.....	128
11.	A COMPETÊNCIA PARA APRECIAR AS QUESTÕES DECORRENTES DO DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	131
11.1	Competência para a pretensão indenizatória.....	131
11.2	Competência para aferir os efeitos penais relativamente à violação.....	132
11.3	Competência para afastar a lesão ao direito em face de um processo em curso	132
11.4	Competência para aferir a duração dos processos administrativos	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
	ANEXO – JURISPRUDÊNCIA	145